

PAULO J. KRISCHKE  
Universidade Federal de Santa Catarina

## Movimentos de Bairro em Florianópolis durante a “Nova República”: transformações culturais e conservadorismo político (\*)

187

*Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa sobre os movimentos de bairro durante a Nova República (1985-1989) em Florianópolis, salientando as modificações culturais havidas, em decorrência da pluralidade organizacional e maior competitividade da esfera pública local, durante o período de transição política. Uma conclusão do estudo é que durante o período de transição as entidades de vizinhança se desvinculam de sua anterior dependência auto-*

*ritária às instituições estatais, mas mantêm tendências ao conservadorismo. Estas tendências competem com outras orientações, voltadas, seja à democracia participativa, seja à democracia representativa — todas elas vinculadas ao sistema partidário em consolidação. Simultaneamente à análise histórica, o trabalho operacionaliza teses mais gerais sobre a democratização da cultura, apoiadas nas teorias de Heller, Habermas e outros.*

**N**O contexto de “Nova República” a pesquisa sobre os atores e momentos sociais tendeu a centrar-se nos processos de integração institucional propiciados pelo novo regime (por exemplo, Boschi, 1987; Cardoso, 1988; Jacobi, 1989). Por outra parte, os estudos sobre a transição política tenderam a considerar as modificações culturais e institucionais a um nível “macro” (por exemplo, O'Donnell, 1987; Mainwaring, 1990; Reis, 1989), apontando principalmente os elementos de recorrência e continuidade herdados do autoritarismo. Um tema que tem sido pouco tratado é o das transformações culturais como mediações que se estabelecem entre a ação social e as instituições políticas, com efeitos decisivos para a consolidação e o próprio exercício da

### Introdução

(\*) Este estudo foi apresentado ao I Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (Coimbra, Julho de 1990), XII Congresso Mundial de Sociologia (Madri, julho de 1990), Programa de Doutorado da FLACSO (Brasília, novembro de 1990) e Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC (setembro e dezembro de 1990). Agradeço as críticas e sugestões recebidas nessas ocasiões dos colegas: Carmen Midaglia, Francisco Pucci, Mario Toer, Juan Carlos Gorlier, Conceição D'Incao, Ilse Scherer-Warren, Luzinete Simões, Maria Ignes Paulilo, Elimar Nascimento, Laura Goulart, António Gama e Pablo Pozzi.

democracia (cf. Lechner, 1987; Garretón, 1990; Habermas, 1987).

É por isso que queremos propor neste trabalho que se faça eventualmente uma revisão das relações entre os movimentos sociais e os processos de democratização cultural e institucional. Mas, em lugar de fazermos aqui uma discussão teórica aprofundada, pensamos que será mais útil centrar esta proposta num enfoque mais concreto, sobre dados de pesquisa acerca dos movimentos de bairro de Florianópolis durante a “Nova República” (1985-1989) <sup>(1)</sup>. Pois tratando-se de dados recentes, levantados durante o processo de transição política, e ainda sobre entidades sociais de vizinhança — que têm um longo passado e penetração na cultura tradicional —, oferecem elementos de utilidade para a avaliação das transformações locais da cultura. O desenvolvimento da abordagem propriamente teórica do tema será, portanto, inexistente neste texto, limitando-se à enunciação de certas teses e argumentos centrais parcialmente desenvolvidos em outras oportunidades e que são apresentados no final do texto sob a forma de um anexo.

A primeira parte do trabalho apresenta uma síntese histórica da emergência dos movimentos de bairro na “Nova República”. A segunda parte analisa as transformações culturais observadas nesse processo.

## **I - Histórico dos movimentos de bairro em Florianópolis**

Os movimentos de bairro começaram a surgir em Florianópolis nos anos 80, como reação à política oficial de “desenvolvimento comunitário” implementada desde meados dos anos 70 pelo regime militar. Na sua longa fase de “Abertura” desde o governo Geisel, o regime adotou como uma de suas metas, no II Plano Nacional de Desenvolvimento, a criação de “conselhos comunitários”, que foram regulamentados a nível estadual por decretos específicos. No caso do estado de Santa Catarina, cuja capital é Florianópolis, o decreto (n.º 2840, de 16 de junho de 1977) previa uma série de requisitos muito rígidos, com vistas a que estes “conselhos comunitários” passassem a canalizar as demandas da população, como intermediação às políticas sociais

---

<sup>(1)</sup> Este estudo realizou um levantamento geral sobre os movimentos de bairro em Florianópolis durante a “Nova República”, com a colaboração de estudantes do Mestrado em Sociologia Política da UFSC. Alguns destes estudantes (Kathia Müller, Lígia Luchmann e Francisco Canella) estão realizando dissertações específicas relacionadas com esta temática. Cabe aqui um agradecimento geral a todos os alunos que colaboraram com a pesquisa.

correspondentes (Matos Machado, 1990). A partir de 1979 (decreto n.º 8558) introduzem-se modificações na legislação, na tentativa de enquadrar todas as entidades de bairro através de critérios cada vez mais amplos. Um órgão especializado nas relações entre as comunidades de bairro e o Estado é então criado (a FUCADESC — Fundação Catarinense para o Desenvolvimento Comunitário) para normatizar tais relações e repassar as políticas sociais às entidades nelas enquadradas.

Durante esses anos o principal partido de oposição ao regime (MDB, depois de 1979 PMDB) apoiava, em princípio, a criação de associações de moradores, que se organizassem em contraposição aos “conselhos comunitários” umbilicalmente vinculados ao regime autoritário<sup>(2)</sup>. Com a instalação a nível federal da “Nova República” (março de 1985), os “conselhos” perdem seu projeto de cunho nacional (e fonte de recursos federais), à medida em que o PMDB e o PFL (dissidência do PDS, que fora o partido dominante no regime militar) passam a ser governo. Mesmo assim, o governo estadual do PDS continuou implementando sua política de “conselhos comunitários” em Santa Catarina, principalmente com recursos próprios e do setor privado, tendo em vista os valiosos dividendos eleitorais que tal política de integração comunitária lhe havia proporcionado nas eleições estaduais de 1982.

Em novembro de 1985 foi realizada a primeira eleição direta para prefeitos das capitais, quando um candidato do PMDB foi eleito para a Prefeitura municipal de Florianópolis. Nesse mesmo ano entidades de bairro ligadas à oposição haviam começado a reunir-se para debater uma nova política a respeito das entidades comunitárias e sua relação com o Estado, temas como o orçamento municipal, e a eventual formação de uma federação municipal de associações de moradores. Com a eleição do prefeito do PMDB, um setor do PT que o havia apoiado assumiu uma secretaria de assuntos comunitários na Prefeitura. Simultaneamente, começam no ano de 1986 articulações com vistas às eleições para o governo do estado, envolvendo políticos de oposição e lideranças de entidades de bairro de algumas cidades, e objetivando formar uma confederação (depois denominada FAMESC — Federação de Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina) que expressasse uma política

(2) Ver a dissertação de Simone Matos Machado (1990), que cobre este período inicial.

comunitária estadual em substituição à FUCADESC. As entidades de bairro de Florianópolis começaram a ser pressionadas para formar a sua própria federação municipal e integrar-se na nova confederação estadual em formação.

A partir destes fatos ocorreu a separação formal entre as duas agrupações de entidades de bairro que passaram a existir em Florianópolis. Houve muita resistência às pressões para formar uma federação municipal, embora houvesse acordo geral sobre a necessidade de uma política comunitária representativa e independente do Estado. Um setor de entidades ligadas às CEBs considerava que uma agrupação “realmente autônoma” deveria ser construída “a partir das bases” e “independente de pressões eleitoreiras” (3). Mesmo assim, em fins de 1986 foi fundada a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO), constituída por 32 entidades de bairro, entre as quais 22 associações de moradores e 10 conselhos comunitários. Elegeu-se uma diretoria que pretendia representar todas as correntes políticas, incluindo líderes comunitários ligados ao PMDB, PFL, PDS, PCdoB, um setor do PT e PC (que obteve a presidência) (4).

As 12 entidades de bairro ligadas ao trabalho da igreja (autodenominadas “Periferia”) recusaram-se a integrar a UFECO, embora tivessem participado das articulações preliminares entre os bairros e com a Prefeitura. Este grupo passou a atuar de fato como uma federação alternativa, com seus próprios objetivos e estratégias (embora mantendo contatos ocasionais com líderes da UFECO) (5). Inicialmente muito crítica de qualquer relacionamento com o governo e os partidos políticos, esta agrupação passou gradualmente a uma interação mais pragmática com os órgãos públicos, apresentou seu próprio candidato à Câmara municipal em 1988 através do PT, e participou de atuações conjuntas com outras forças, como veremos. Com a vitória do PMDB para o governo do estado, a sede da UFECO passou a localizar-se em 1987 no edifício da antiga FUCADESC — na Secretaria do Trabalho e Ação Comunitária. Em abril desse ano foram aprovados os seus estatutos, abrindo participação a outras entidades de bairro além dos membros fundadores, sendo nessa mesma ocasião aumentado para 47 o número de

(3) Entrevista com dirigente e fundador da “Periferia”, realizada em dezembro de 1988.

(4) Entrevista com o presidente da primeira gestão da UFECO, realizada em dezembro de 1988.

(5) Ver nota (3) acima.

bairros filiados. Com isto, cresceu consideravelmente o peso dos antigos conselhos comunitários e sua influência na federação municipal. Isto fica claro quando consideramos que em março de 1989 praticamente todas as entidades de bairro da cidade estavam filiadas à UFECO (com exceção da "Periferia"), em número de 71 <sup>(6)</sup>. Vemos que na gestão do PMDB a UFECO passou a desempenhar o papel de negociador de políticas e recursos sociais do governo, anteriormente repassados diretamente pela FUCADESC às entidades locais.

No decorrer desse processo, e a partir de 1987, os membros da diretoria da UFECO ligados ao PT, esquerda do PMDB e partidos menores, abandonaram progressivamente a UFECO, deixando-a entregue aos setores ligados à direita do PMDB, PFL e PDS. O presidente, do PC, foi o último a sair, como parte do processo de denúncia dos fundadores da agrupação contra os remanescentes da diretoria. Todos os demissionários alegaram para sua saída a descaracterização dos objetivos que haviam assumido ao criar a UFECO — objetivos de criar uma federação representativa e independente face aos órgãos públicos. Por isto, estes mesmos setores passaram a articular uma corrente de oposição, junto às entidades fundadoras da federação, tendo em vista uma retomada da UFECO para reconduzi-la aos objetivos originais.

Esta retomada só se tornou possível após as eleições municipais para a Prefeitura e Câmara municipal, em 1988 (em que venceu a coligação PDS-PFL), já no contexto da campanha presidencial de 1989. Neste contexto, os líderes dissidentes da UFECO realizaram avaliações críticas acerca da gestão do PMDB na Prefeitura. Um ponto central dessas avaliações concordava com a postura mais radical dos setores ligados à igreja: as políticas de representação que a UFECO tratara de impulsionar, junto à gestão do PMDB na Prefeitura, não tinham servido para educar e organizar os bairros "a partir das bases", mas para gerar disputas pelo acesso aos recursos do Estado e a cargos disponíveis nos órgãos públicos. A tendência era, pois, a de apenas substituir o anterior clientelismo monolítico do regime autoritário — que incentivava a dependência unilateral das entidades de bairro junto ao partido do governo — por formas mais modernas e

<sup>(6)</sup> Entrevista com o presidente da segunda gestão da UFECO, realizada em novembro de 1989. Para maiores detalhes ver a dissertação de Lígia Lüchmann (1991).

competitivas de “clientelismo de massas”, em que diferentes partidos e órgãos públicos competiam pelo acesso às entidades de bairro, em troca de votos por políticas sociais e cargos públicos (7).

Assim se explicava que a UFECO tivesse de fato substituído a FUCADESC — herdando desta, inclusive, a clientela (os conselhos comunitários). Cabia, portanto, propor uma nova política comunitária, distinta da política partidária (outra conclusão próxima às posições da “Periferia”). Esta política deveria enfatizar prioridades para a cidade como um todo (e não apenas a alocação de recursos conforme demandas emergentes em cada bairro). Esta nova estratégia era, aliás, necessária, pois a nova gestão do PDS-PFL na Prefeitura desenfatizara compreensivelmente a mediação da UFECO, tratando cada demanda isoladamente (8).

Para que esta reorientação dos atores de oposição pudesse influir nos destinos da UFECO foi necessário adotar uma estratégia institucional progressiva, que incluiu uma hábil e firme confrontação, nas assembléias do movimento, com os setores conservadores dominantes na diretoria. Desse modo, logrou-se realizar a revisão dos estatutos com assessoria da OAB (Ordem dos Advogados) local, restabelecendo critérios de filiação condizentes com os objetivos originais das entidades fundadoras, mecanismos de decisão e gestão que garantissem os princípios de representatividade, regra da maioria, alternância no poder, etc. A reforma estatutária foi homologada em assembléia das entidades fundadoras em maio de 1989, e as novas eleições realizadas em setembro. Para as eleições houve a filiação formal de novas entidades, desta vez conforme os critérios estabelecidos estatutariamente e após uma campanha de esclarecimento, pelas lideranças fundadoras da UFECO, junto aos novos bairros participantes, acerca dos objetivos independentes da organização e sua auto-regulação estatutária (9).

Esta campanha, habilmente conduzida pelos fundadores da UFECO, logrou desprestigiar os diretores conservadores junto às suas bases e criar as condições jurídico-políticas para sua substituição. Estes setores conservadores, que haviam assumido o controle da UFECO ao final da primeira gestão, tentaram por todas as formas deter o domínio da situação, adiando ao máximo a convocação de assembléias

(7) Sobre a questão do neoclientelismo, ver a conceituação de “broker clientelism” em Archer (1990).

(8) Ver nota (4) acima.

(9) Entrevista com dirigente da UFECO, realizada em março de 1990.

e os processos de revisão estatutária e de convocação eleitoral. Mas tiveram que afinal desistir de postular às eleições, pois previram uma derrota — embora algumas entidades ligadas ao PDS-PFL e outros conselhos comunitários tenham persistido na UFECO. Os líderes conservadores empenharam-se desde então numa expectativa de retorno ao passado, apostando numa recondução do PDS-PFL ao governo do estado (que se realizou) e numa pretensão de restabelecimento do clientelismo tradicional junto aos conselhos comunitários (que é improvável, dada a contenção atual de recursos e a maior competitividade do sistema político).

Assim, assumiu na segunda gestão da UFECO, em setembro de 1989, uma diretoria de centro-esquerda, principalmente ligada à esquerda do PMDB, PSDB, PCdoB e um setor do PT. Mas o importante foi o abandono das pretensões, da primeira gestão, de representar o espectro partidário na diretoria. A ênfase agora está na necessidade, já apontada, de eleger prioridades para a cidade como um todo, sustentando uma política comunitária pluralista — que deve ser formulada numa relação de interdependência com o sistema partidário. Embora haja pontos de contato entre estas posições e as sustentadas pela “Periferia”, os setores mais organizados desta última continuaram afastados da UFECO mesmo após a retomada desta pelos seus fundadores e a maior convergência entre os objetivos de ambas organizações. Na verdade, além de ter objetivos diferentes, a “Periferia” constituiu uma federação à parte, que priorizava uma estratégia de apoio aos “mais necessitados” — no caso, o movimento dos “Sem Teto”, ou seja, o problema do solo urbano, que já não é tão agudamente vivenciado pelos demais bairros populares<sup>(10)</sup>.

Em todo o caso, o fato é que UFECO e “Periferia” constituem modalidades diferentes de inserção em um cenário público “paralelo”<sup>(11)</sup> criado pelas entidades de moradores, em substituição ao anterior enquadramento institucional dos “conselhos comunitários” pelo regime militar. Neste espaço comum, as diferentes tendências se influenciam mutuamente.

Dois exemplos da trajetória da “Periferia” ajudam a ilustrar estas mútuas influências: a ênfase na questão do solo

<sup>(10)</sup> Entrevista com dirigente da “Periferia”, em dezembro de 1989.

<sup>(11)</sup> Esta caracterização dos movimentos sociais como “espaço público paralelo” inspira-se nas concepções de H. Arendt (1981) e de A. Heller e F. Feher (1985) sobre a construção da cidadania, e na reflexão de A. Melucci (1990) sobre a “frontierland” existente na ação coletiva entre atores e sistemas.

urbano, e as vinculações partidárias. No caso do solo urbano, trata-se da posse da terra por "usucapião", relacionada à antiga reivindicação dos conselhos comunitários, parcialmente atendida pela política clientelista do PDS. Posteriormente, com o acréscimo das pressões demográficas, foi essa uma das prioridades da "Periferia", apoiando o movimento dos "Sem Teto" que cresceu rapidamente nos anos 80. Finalmente, a Prefeitura criou uma comissão especializada no tema, da qual a "Periferia" declinou participar "por não ser paritária", cabendo a representação popular à UFECO. Esta última tem trazido informações úteis à ação da "Periferia", fazendo com que ambas entidades de certa forma colaborem nesse objetivo <sup>(12)</sup>.

A questão partidária foi sempre uma questão central na crítica dos tradicionais centros comunitários, tanto de parte da UFECO como da "Periferia". Esta última, entretanto, salientou de início uma atitude de completa rejeição da política partidária, que foi posteriormente modificada na candidatura de um de seus líderes a vereador pelo PT em 1988. Embora não lograsse eleger-se, a experiência serviu para salientar as diferenças entre "política comunitária" e "política partidária", bem como a legitimidade de ambas em suas esferas diferentes. Esta revalorização do âmbito da política pela "Periferia" permitiu convergências significativas, como na manifestação conjunta com outros movimentos e partidos por ocasião da lei orgânica municipal <sup>(13)</sup>.

## II - Democratização da cultura

Estamos agora em condições de encaminhar nossa análise, focalizando as transformações culturais constatadas nos atores estudados, e principalmente as suas contribuições ao processo de democratização. Preliminarmente, devemos recordar que nenhuma das entidades de bairro de Florianópolis encontrava-se, ao final da "Nova República", vinculada ao Estado do ponto de vista jurídico-institucional (como ocorria com os conselhos comunitários durante o regime militar). Portanto, as variações na composição e nas orientações da UFECO e nos demais bairros que não entraram nela (ou foram excluídos, como alguns conselhos comunitários em 1989) podem ser entendidas como alterações e mudanças dentro de uma mesma esfera pública "paralela"; ou seja, como um campo ou território de nego-

<sup>(12)</sup> Ver nota (9) acima.

<sup>(13)</sup> Ver nota (10) acima.



ciações e representações por eles mesmos criado — o qual por sua vez interage com a esfera institucional (partidos políticos, Estado).

Contudo, embora o vínculo institucional clientelista entre os conselhos comunitários e o regime militar tenha deixado de existir, o processo de “modernização conservadora” realizado naquele período autoritário deixou consequências persistentes na cultura política das entidades de bairro, consolidando um setor de atores conservadores e anti-democráticos que continua atuando e exercendo influência (com fortes consequências na política eleitoral). Portanto, ao analisar a composição da esfera pública “paralela” constituída pelas entidades de bairro de Florianópolis, devemos considerar três setores que nela interagem: a UFECO, a “Periferia”, e os setores conservadores remanescentes dos antigos conselhos comunitários. Começando pelo último grupo de atores, consideremos as características principais destas três correntes.

195

Este grupo de atores não constitui um movimento social (no sentido da TESE A — ver anexo). É constituído pelas lideranças e participantes dos conselhos comunitários formados pelo regime militar (35 entidades em Florianópolis, em 1985), os quais encontravam-se em parte afastados da UFECO, ao final de 1989<sup>(14)</sup>. Uma característica destes atores é sua dependência e subordinação (antes unilateral, depois negociada) a práticas clientelistas herdadas do autoritarismo — ainda que crescentemente “modernizadas” pelo caráter competitivo do “clientelismo de massas” em expansão (Castro, 1988)<sup>(15)</sup>.

Estes atores pouco contribuem de sua própria iniciativa aos processos de democratização (TESE B), pois emprestam forte apoio ao fundo cultural de legitimação do autoritarismo. No entanto, na medida em que esse setor é obrigado a competir num cenário político mais diversificado, tem que definir-se frente a direitos universais crescentemente reconhecidos pela moral e pelo direito, podendo portanto

### **Conservadores: o neo-cliente- lismo**

<sup>(14)</sup> As entrevistas com estes dirigentes conservadores foram realizadas em fins de 1988 e inícios de 1989, quando controlavam as orientações da UFECO.

<sup>(15)</sup> Sem dúvida, a relação clientelista é também uma relação negociada (cf. Jobert, 1983; Pazmiño, 1990). No entanto, nela tende a predominar a dependência unilateral, quando não ocorre sob a forma mais visível e competitiva do “broker clientelism” (Archer, 1990), pois então o seu caráter diádico-privatista não se encontra vulnerável ao questionamento público e à competição partidária (Nunes, 1990).

reorientar sua ação <sup>(16)</sup>. Esta reorientação pode até chegar a uma ruptura, como ocorreu com a liderança inicial, que fundou a "Periferia", face às eleições de 1982 — quando membros da CEB e da juventude avaliaram negativamente a utilização dos "mutirões" para fins "clientelísticos-eleitoreiros", retirando o seu apoio ao PDS e passando à oposição. Mas esta foi uma situação excepcional, vinculada a condições específicas.

Normalmente, a tematização de princípios de legitimidade — moral pós-convencional, segundo Habermas (1989) — parece de antemão descartada para o grupo de atores conservadores (para estes, a questão ética é sobretudo controlada sob rotinas da tradição religiosa e excluída do exame racional). No entanto, a simples observância das obrigações legais num contexto institucional democrático estimula uma moral convencional avessa à arbitrariedade (legalismo convencional). Foi esta a atitude tomada, por exemplo, pelos líderes conservadores ao final da primeira gestão da UFECO, face ao caráter inevitável de sua derrota. Portanto, a contribuição destes setores à democratização da cultura política (TESE C) é principalmente passiva (exemplo: acatamento da reforma estatutária da UFECO e abstenção nas eleições da diretoria em 1989).

Os setores conservadores opõem-se tanto à democratização sócio-cultural e à democratização política (TESE D) como à distinção entre política comunitária e política partidária (exemplos: distorções e omissão de informações ao público por membros conservadores da primeira gestão da UFECO, tentativa de continuismo e protelação das eleições, manipulação dos estatutos e da documentação em proveito próprio, vinculação oportunista a partidos e órgãos do governo). Apenas cederam em suas pretensões antidemocráticas face à oposição bem sucedida dos fundadores da UFECO (ex.: o "apelo às bases" destes últimos nas assembleias, o seu recurso à consultoria da OAB para revisão estatutária, etc.).

Por outro lado, os setores conservadores demonstram haver alcançado uma orientação puramente instrumental (ou "hiper-secularizada") da política enquanto "mercado político" (TESE E), adaptando o clientelismo às novas condições de

<sup>(16)</sup> Utilizamos aqui a caracterização de Habermas (1989) acerca da moral pós-convencional, como sendo aquela capaz de tematizar os princípios que fundamentam a legitimidade do regime (e não apenas os procedimentos, como na moralidade convencional). Esta abordagem foi mais amplamente desenvolvida para o estudo dos movimentos sociais em Habermas (1987, vol.II), e utilizada de modo geral para a transição política no Brasil em Krischke (1990b).

competição na esfera pública e aderindo aos partidos e órgãos do governo, sejam quais forem as tendências, os programas e os objetivos dos “patronos”. Isto ficou claro na sua atuação durante a primeira gestão da UFECO, quando rapidamente conseguiram inserir-se na diretoria, lograram estabelecer-se junto ao governo do PMDB, e manobraram exitosamente no sentido de alijar todos os demais participantes da primeira gestão que ameaçaram interpor-se no seu caminho. Só não alcançaram culminar seu êxito, assegurando sua continuidade, porque as entidades fundadoras conseguiram habilmente, como vimos, e a muito custo, retornar a UFECO aos seus objetivos originais.

Mas o neoclientelismo de massas e competitivo, que tende a prevalecer nas relações entre as entidades de bairro e as políticas sociais e órgãos do governo, abre ampla possibilidade de atuação à orientação pragmática dos atores conservadores. Uma vantagem, apenas, desta situação sobre a anterior, que prevalecia sob o regime militar, é que a presente combinação entre tradicionalismo e modernização confere pelo menos uma maior visibilidade pública aos procedimentos institucionais, desvelando as políticas de clientela e seus habituais procedimentos diádico-privatistas<sup>(17)</sup>.

Finalmente, a continuidade (ou transformação) deste grupo de atores conservadores dependerá em grande medida dos recursos públicos disponíveis para políticas sociais no próximo governo estadual (PDS-PFL). Na ausência previsível de tais recursos, face às políticas atuais de ajuste e contenção, é possível que o intercâmbio com outros atores leve a uma maior democratização deste grupo, ou ao menos de alguns de seus setores — ainda que por razões eminentemente pragmáticas, como já se observou na “Nova República”. Não obstante, o convívio com estes setores conservadores é muito difícil, como os fundadores da UFECO aprenderam a duras penas, e poderá ser mais difícil ainda agora, estando tais atores respaldados pelo reintegração dos partidos de direita no governo do estado.

O grupo de atores que ocupa a posição central no espaço público “paralelo” das entidades de bairro de Florianópolis,

**UFECO: política  
representativa**

<sup>(17)</sup> Ainda que a estrutura centralizada e destituida de fiscalização das Prefeituras municipais, bem como sua vinculação com a maioria das Câmaras (devido às eleições simultâneas), favoreçam a persistência de negociações diádico-privatistas e sua ocultação da opinião pública — como demonstrou Nunes, 1990.

tanto pelo seu número como por sua influência majoritária, é constituído pelas 32 entidades de bairro fundadoras da UFECO. Em contraposição à dependência tradicional dos conselhos comunitários junto ao Estado, este grupo enfatizou desde o início a interdependência entre movimentos sociais e instituições representativas, política comunitária e política partidária, sociedade e Estado, cada uma como uma dimensão própria da ação. Esta concepção se tem revelado (TESE A) na capacidade de aliciamiento e generalização da prática destes atores, através da fundação e posterior retomada da UFECO e da agregação de novas entidades, num esforço contínuo para manter fidelidade aos ideais originais de representatividade e independência frente ao Estado. Contudo, esta prática tem ocorrido através de muitas vicissitudes (como vimos nos problemas da primeira gestão), enfrentando constantes mudanças de alinhamentos e oposições entre os atores principais (com alta rotatividade nos cargos de direção) e frequentes crises internas e externas, de relações com partidos, órgãos públicos e outros atores.

Sua contribuição aos processos de democratização (TESE B) foi especialmente manifesta nas eleições da diretoria de 1989, a partir da cuidadosa estratégia jurídica de defesa dos direitos das entidades fundadoras, a reforma inclusiva e a explicitação democrática dos estatutos, com respaldo na lei e na opinião pública, assim como frente às entidades de bairro (inclusive as conservadoras). A democratização da cultura política manifesta na sua ação (TESE C) ocorre através de uma tematização principalmente jurídica, mas também ética (pós convencional), dos princípios de legitimidade do regime democrático, dos procedimentos de representatividade e alternância no poder, e portanto de deslegitimação do fundo cultural de sustentação do autoritarismo.

Sempre preocupado em buscar aproximação e cooperação com o grupo da "Periferia", este setor mantém com tal grupo certos pontos em comum, como a distinção entre política comunitária e política partidária (TESE D), embora enfatize principalmente a construção de estratégias de coalizão em ambas dimensões de sua ação. Tal ênfase, contudo, nem sempre avalia adequadamente as motivações divergentes entre diferentes atores, podendo redundar em oportunismo, decepções ou cooptações (como ocorreu nas alianças estabelecidas durante a primeira gestão). A ênfase

do setor da “Periferia” nos valores e objetivos finais da ação, bem como na tônica participativa, pode (como já tem ocorrido) colaborar para corrigir estas lacunas de caráter talvez excessivamente estratégico da UFECO (TESE E). Um exemplo disto foi a participação de membros da UFECO e da “Periferia” (e dos partidos de oposição) na manifestação contra a lei orgânica de Florianópolis (inícios de 1990). A atuação estratégica de membros da UFECO havia sido no sentido de assessorar os vereadores da oposição, enquanto a “Periferia” apresentou emendas populares que denunciavam a hegemonia conservadora na Câmara. Quando se revelou impossível influenciar a lei, todos os setores da oposição somaram-se à manifestação pública de repúdio (embora não tenha havido uma avaliação adequada pelos participantes desses eventos).

199

**“Periferia”:  
política  
participativa**

O grupo da “Periferia” caracteriza-se por enfatizar sua autonomia frente ao Estado e à esfera política, partidos e outras instituições — em contraposição à ênfase tradicional na dependência clientelista, e à posição da UFECO, de buscar manter uma interdependência entre partidos e movimentos sociais. Vimos como a apresentação de um candidato da “Periferia” à Câmara de vereadores através do PT resultou de deliberação em que o próprio movimento tomou a iniciativa e o controle do processo de representação. Esta posição contrasta não apenas com a dos “cabos eleitorais” tradicionais, mas também com a situação da UFECO, em que os membros da diretoria são constantemente assediados por diferentes partidos e entidades governamentais para assumir cargos públicos e candidaturas eleitorais.

A capacidade de generalização (TESE A) da linha participativa da “Periferia” entre as entidades de bairro é necessariamente parcial, dada sua ênfase peculiar na estratégia de apoio aos “mais necessitados” e sua ligação histórica com o catolicismo de base. A explicação deste limite é bem simples: nem todos na população são católicos praticantes; destes, nem todos estarão dispostos a apoiar a “opção preferencial pelos pobres”, e destes menos ainda assumirão os “Sem Teto” como prioridade para sua ação. Mas isto não significa que esta opção “maximin” seja irracional ou ingênua, ou puramente religiosa: é uma opção ética de elevado rigor de racionalidade estratégica (Rawls, 1982), pois exige um cálculo de convergência entre interesse

próprio e solidariedade social, que não é dominante na cultura ocidental, moderna ou tradicional (embora defenda direitos cívicos e sociais apoiados na moralidade pública; um exemplo disso é a questão do “direito à moradia” vs. “direito à propriedade”, ou da “função social da propriedade”, como formulado tradicionalmente). (Cf. Tucker, 1983)

Quem sabe, talvez por isto a “Periferia” tem conseguido bastante cobertura jornalística para suas prioridades, mas menos resultados práticos (o que se relaciona também à sua intransigência e relutância em negociar politicamente). Por exemplo, quando a Prefeitura (gestão PDS-PFL, 1989) instituiu uma comissão para tratar de problemas referentes ao solo urbano, com participação dos movimentos interessados, setores imobiliários, etc., a “Periferia” recusou participar por tal comissão “não ser paritária”, a representação popular ficando portanto a cargo da UFECO. Esta passou a trazer informações da Prefeitura que beneficiaram a ação da “Periferia”, embora não houvesse acordo explícito entre as duas organizações sobre isto.

É necessário reconhecer que a “Periferia” realiza uma conscientização significativa acerca das demandas que defende, entre os seus membros e a opinião pública em geral — embora a sua forte coloração religiosa afaste muito mais do que atraia alianças (das quais parece prescindir). Sua contribuição à universalização de direitos reconhecidos na moral e na lei (TESE B) pode vir a ser muito importante, principalmente em termos éticos, dada a incidência do grupo na esfera religiosa e o apoio que tem recebido da hierarquia eclesiástica (até há pouco tempo bastante conservadora). No entanto, estes atores não parecem adotar explicitamente o objetivo da legitimação do regime democrático (que centrasse, por exemplo, em implementar o “usucapião” urbano constitucional), preferindo aparentemente justificar a sua ação na defesa de direitos “naturais” — ou talvez “transcendentes”, e portanto ahistóricos (Flisfisch, 1987).

Assim, a democratização da cultura (TESE C) que se evidencia nos discursos e comportamentos destes atores ocorre principalmente através de uma tematização ética, contrária à subordinação que orienta a legitimidade tradicional do autoritarismo. A superação desta dependência realiza-se principalmente através de práticas organizativas de seus membros, nas esferas cooperativa, sindical, partidária — onde chegam também a tematizar jurídica e politicamente

a legitimidade do regime (alcançando portanto uma moralidade pós-convencional). As relações desta atuação política com a ética comunitária de orientação principalmente religiosa do grupo constituem um núcleo problemático a ser esclarecido através de pesquisa <sup>(18)</sup>.

Portanto, o grupo deu um passo importante no esclarecimento das relações entre democratização sócio-cultural e democracia política (TESE D), ao apresentar seu próprio candidato à Câmara através do PT — daí surgindo também o reconhecimento da distinção entre política comunitária e política partidária (cada uma com sua própria esfera e objetivos legítimos). O reconhecimento da importância destas relações — ainda que controvertido e apenas emergente — tem permitido uma interação menos defensiva e circunstancial com outras forças e movimentos (como ocorreu durante o 2.º turno das eleições presidenciais de 1989, ou na manifestação face à lei orgânica municipal). É de esperar que estas experiências permitam o progressivo reconhecimento do pluralismo e da alteridade como valores sócio-culturais, e do caráter menos instrumental e mais intercomprensivo da institucionalidade política, como valor e como finalidade da democracia (TESE E).

No entanto, estes atores tenderam a enfatizar até 1989 ações principalmente instrumentais na esfera pública (onde “vamos lá negociar para tirar o máximo para nós e não para fazer concessões”, como disse um entrevistado) — e eventualmente uma atuação comunicativa, voltada à intercompreensão e ao entendimento entre “as bases” (embora aqui as relações entre lideranças laicas e eclesiásticas devam ser mais bem pesquisadas, face a indícios presumíveis de dependência religiosa tradicional). As ações instrumentais de organização, manifestação, denúncia, etc. têm sido às vezes eficazes. Mas o grupo tende a agir isoladamente de outros setores afins, descartando políticas de coalizão e considerações estratégicas, de acumulação e correlação de forças — que eventualmente permitissem melhores resultados práticos e resoluções institucionais para suas demandas. (É certo, porém, que o apoio institucional eclesiástico, principalmente o financeiro de ajuda externa, pode suprir uma parte dessas carências). Por outra parte, a apreciação deste grupo pelos aspectos conflitivos, expressivos e participativos da política e

<sup>(18)</sup> A dissertação de mestrado de Kathia Müller, em curso de realização, leva adiante aspectos centrais deste e de outros temas da prática da “Periferia”, e deverá colaborar para esclarecê-los.

pela democracia direta poderá influenciar significativamente a ampliação da esfera pública local. Pois tais práticas costumam atrair e cultivar o acesso da "gente comum" aos meios de comunicação (quando não há repressão excessiva), além de treinar seus membros na prática cotidiana dos debates e decisões participativas nos bairros, acerca dos caminhos a seguir. Desse modo, não apenas se deslegitima a dependência autoritária tradicional, mas se educam as pessoas sobre os valores (e limitações) da democracia direta.

## Conclusões

Por último, cabe aqui uma breve consideração de conjunto das três correntes dos movimentos de bairro que consideramos em Florianópolis, em termos de cultura política, salientando as características principais de cada corrente face aos demais atores.

Se utilizarmos (fora do contexto da "teoria da modernização" em que foram formuladas) as categorias já clássicas de G. Almond e S. Verba sobre culturas políticas<sup>(19)</sup>, caracterizando-as como "paroquiais", "de sujeição" e "participantes", podemos sugerir que o setor conservador que consideramos mantém uma cultura política "de sujeição", enquanto a UFECO e a "Periferia" enfatizam aspectos complementares da cultura "participante".

Assim, os conservadores estão relativamente prisioneiros da herança autoritária (ainda que "modernizada" pelo neoclientelismo) na sua dependência do Estado: tematizam o sistema político apenas como fonte de ofertas de políticas sociais a que dirigem suas demandas em condição de subordinação (embora sob mediação de diferentes agências e partidos em competição). A cultura é dita "participante" quando tematiza o sistema político em sua qualidade de regime (ou seja, debate os princípios que o fundamentam, como na moralidade pós-convencional de Habermas), e não apenas como fonte de recursos e destinatário de demandas. Como lembra Garretón (1990), o regime democrático deve solucionar dois tipos de questões: (a) como se governa (as

<sup>(19)</sup> Almond e Verba (1980) consideram que a cultura política "paroquial" é aquela em que os papéis e instituições políticos são indiferenciados dos econômicos e religiosos. O exemplo talvez "clássico" no contexto brasileiro seria o caso do messianismo rural. Já a cultura de "sujeição" é aquela que diferencia o sistema político dos demais, mas apenas enquanto fonte de ofertas de políticas públicas e destinatário de demandas sociais. Seria essa a cultura típica das situações autoritárias, por isto "de sujeição". A cultura "participante" ou democrática seria a única capaz de considerar o sistema político enquanto regime, examinando as formas de governo e as relações entre o indivíduo e o Estado (cidadania).



regras do jogo político); e (b) as relações entre o indivíduo e o Estado, ou sua atuação como cidadão (que pode ser: de alienação, apatia ou participação).

Nas considerações que traçamos sobre a UFECO pudemos constatar sua ênfase na questão das regras do jogo político (o *como se governa*), seu interesse pela tematização jurídica da legitimidade democrática, as questões de representatividade, a regra da maioria, a alternância no poder, elementos estratégico-instrumentais que têm a ver com as condições de vigência e estabilidade do regime democrático. A interdependência que tais considerações enfatizam, ainda, entre partidos e movimentos sociais traz à luz a importância de uma prática democrática pluralista, centrada na representação e negociação pública de interesses, que supera (e denuncia) a consciência “de sujeição” ou dependência ao clientelismo (tradicional ou “de massas”).

A “Periferia”, por sua vez, é quem mais enfatiza a questão das relações entre o indivíduo e a política, tratando de garantir a sua participação ativa em todos os níveis da construção da democracia — desde o cooperado que organiza sua sobrevivência até o manifestante que invade a Prefeitura para declarar sua inconformidade com a política tradicional. Sua predileção pelos aspectos expressivos, massivos e igualitários da política é coerente com a estratégia “maximin” que desenvolve, de priorizar para a cidade como um todo os problemas dos “desfavorecidos”. Os componentes éticos, afetivos e religiosos de sua ação constituem um substrato cultural de conscientização que fundamenta e motiva uma nova abordagem à democracia (Lechner, 1988). Tal posicionamento não apenas supera a dependência tradicional, mas ainda resolve os problemas de mobilização, apatia e alienação, que a liderança da UFECO tem tido dificuldade para enfrentar entre os seus membros. A sua ênfase expressiva e participativa na democracia direta educa os participantes sobre os valores e os procedimentos da autodeterminação.

Porém, vimos também que a “Periferia” hesita em definir estratégias de coalizão e prefere isolar-se em ações instrumentais na esfera pública, às vezes com ampla publicidade mas poucos resultados. Sua estratégia de alianças apenas ocasionais a torna vulnerável a deliberações externas ou circunstâncias fortuitas, definidas pelos atores políticos institucionais. Na verdade, como vimos em certas ocasiões ao final do período (manifestação face à lei

orgânica, comissão municipal de solo urbano), existe uma complementariedade *de facto* entre a ênfase na representatividade postulada pela UFECO e a tônica na participação encaminhada pela “Periferia”.

É possível especular, nesta altura, sobre se a complementação entre os dois grupos não consiste realmente na especialização de cada um, em uma das duas dimensões constitutivas da cultura política “participante” — neste momento apenas em formação nesta parte do país. Se assim fosse teríamos resolvido (pelo menos retórica e pragmaticamente) a clássica diferença entre Locke e Rousseau.

Mas no panorama da América Latina (como lembra Morse, 1988) há outras heranças em questão, principalmente a herança medieval, hierárquica, sacralizada, estratificada, autoritária, legada por S. Tomás — em contraposição ao realismo secular e republicano representado por Maquiavel —, principalmente em cidades do interior do Brasil, onde o regime militar, em cooperação com as elites locais, logrou realizar um bem sucedido processo de “modernização conservadora” das entidades de bairro, às vezes com o apoio da Igreja.

É por razões como essa que devemos enfatizar, nas nossas conclusões sobre a democratização da cultura política, a sua ambiguidade, como processo inconcluso. Por exemplo, o encontro da “Periferia” com as oportunidades da democracia nascente tem sido pleno de inovações radicais, mas também de heranças do passado. A atuação sectária, a relutância em negociar, a des-secularização da política (em termos de valores transcendentais), uma visão puramente instrumental da ordem política, a onipresença do sagrado, a influência (ou liderança) do clero — tudo isto está presente na cultura popular, como parte do fundo de legitimação tradicional do autoritarismo, e continua a existir (ainda que debilitada e contraditoriamente) na própria “Periferia”. Mas, como já salientamos em outra oportunidade (Krischke, 1990b), seguindo Habermas (1987:195), os conceitos não devem ser tomados rigidamente (como os “tipos ideais” da teoria da modernização), mas como “abstrações reais” abertas à ambiguidade e à deliberação dos próprios atores sociais.

Qual das duas faces da cultura, a de “sujeição” ou a “participante”, terminará por prevalecer? Lembrarei apenas que as três correntes ou setores dos movimentos de bairro de Florianópolis não são estanques ou impermeáveis uns dos outros, como poderia sugerir o esquema proposto até aqui.

Todos os três setores têm membros, bairros, idéias, objetivos e uma cidade em comum. Muitas vezes são três tendências que competem e coabitam num mesmo bairro. Por isto também dizíamos que constituem, juntas, uma esfera pública “paralela” que agora constroem em comum (ou, muitas vezes, uma contra as outras). Seria difícil prever se alguma delas será capaz de vencer, ou absorver, as outras duas. Provavelmente não. E isto parece ser central na democracia nascente, neste confronto de tendências que torna contingente os resultados da interação (Przeworski, 1984). É bem verdade que em todas elas transparece um processo de aprendizado, em que as ênfases na participação e na representatividade, promovidas respectivamente pela “Periferia” e pela UFECO, parecem complementar-se e influir conjuntamente sobre os conservadores, na progressiva dissolução do fundo de legitimação tradicional.

Mas o certo é que a emergência destas tendências, esta abertura para um futuro a construir, só se tornou visível recentemente em Florianópolis durante a “Nova República”. Antes disso prevalecia a dependência, a subordinação, a falsa segurança cinzenta do autoritarismo (com a exceção de alguns pioneiros desbravadores; cf. Machado, 1990). Por isto podemos dizer que existem hoje, nos bairros populares desta cidade, mudanças culturais democratizadoras que buscam afirmar-se e que surgiram como promessas de um mundo melhor. ■

## A N E X O

### TESES SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA

Um dos objetivos desta pesquisa foi realizar uma revisão das contribuições de certos autores, especialmente referidas ao estudo do impacto cultural dos movimentos sociais em contextos de transição política. As hipóteses que orientavam a busca desse objetivo se propunham ir além dos prognósticos anteriormente feitos no Brasil, que anteviam efeitos desmobilizadores da liberalização da esfera pública sobre a atuação dos movimentos sociais (por exemplo, Boschi e Valladares, 1983; Oliveira, 1985; Viola e Mainwaring, 1987). As hipóteses que adotamos foram que (a) não apenas os movimentos sociais não se restringem a uma atuação na esfera pública, mas (b) — mesmo ao atuar no âmbito institucional — centram sua atenção e influência na transformação/reprodução da cultura política, (c) a qual assume características próprias, e particularmente estratégicas em conjunturas de transição institucional.

As hipóteses iniciais (bem como o conceito de cultura política em que se apoiam) foram de grande utilidade para firmar o arcabouço conceitual da pesquisa — embora seu formalismo deva ser matizado com outros “conceitos de junção” (Thompson, 1973), “abstrações reais” (Habermas, 1987), ou “microfundamentos” (Levine *et al.*, 1989), mais aptos a captar as transformações históricas que se busca interpretar. Esta reorientação teórico-metodológica supõe uma mudança de paradigma (Krischke, 1989), apoiada nas críticas respectivas de Heller e Feher (1985) e de Habermas (1987) aos formalismos weberiano e marxista ortodoxo. Este posicionamento, diretamente aplicado ao contexto desta pesquisa (Krischke, 1990a), levanta algumas contribuições às teorias da ação social e política e da atuação dos movimentos sociais na transição política, com consequências para o estudo da democratização cultural e institucional, que se podem resumir nas seguintes teses centrais:

TESE A — A ação dos movimentos sociais é orientada muitas vezes à satisfação conjunta de necessidades “existenciais” e “radicais” (Heller e Feher, 1985), contribuindo, através da generalização de suas demandas, à deslegitimação política e à desalienação do “sistema de necessidades” (Krischke, 1990a; Krischke, 1990b).

TESE B — A contribuição dos movimentos sociais à consolidação da democracia depende do seu apelo a direitos universais crescentemente reconhecidos pela moral e garantidos pelo direito (Habermas, 1987; Krischke, 1990a; Krischke, 1990b).

TESE C — A ação dos movimentos sociais contribuirá à democratização da cultura, na medida em que supere o fundo de legitimação tradicional e exija a tematização comunicativa (ética e jurídica) dos princípios que fundamentam a legitimidade do regime (Habermas, 1989; Krischke, 1990a; Krischke, 1990b; Krischke, 1990c).

TESE D — A democratização sócio-cultural deve ser distinguida analiticamente da democratização política, uma vez que esta última provê os requisitos institucionais de estabilidade normativa para o regime democrático (Przeworski, 1984; Habermas, 1987). Por sua parte, a democratização sócio-cultural proporciona o substrato valorativo-afetivo que motiva a ação dos atores democráticos (Lechner, 1988; Habermas, 1989; Krischke, 1990d).

TESE E — A ação social e política pode ser analisada, distinguindo-se entre ações teleológicas (instrumentais e estratégicas) e ações comunicativas voltadas ao entendimento (Habermas, 1987). Estas últimas (que envolvem também, em condição subordinada, considerações de ordem instrumental e estratégica) seriam aquelas que, num contexto de transição do autoritarismo, contemplam a democracia como um valor e fim em si mesmo (Flitish, 1987; Garretón, 1989; Krischke, 1990f).

Estes posicionamentos teóricos permitem estabelecer distinções analíticas relevantes, que superam a clássica antinomia que opõe o

Estado à sociedade — ou que, mais modernamente, relega os movimentos sociais à condição de portadores de demandas, em exterioridade ao sistema político. Além disso, fornecem um equipamento conceitual para interpretar as transformações da cultura, a partir das orientações e atuação dos movimentos sociais — como tratamos de indicar neste texto.

## Referências Bibliográficas

- Almond, Gabriel; Verba, Sidney (orgs.) 1980 *The Civic Culture Revisited*. Boston, Little Brown & Co.
- Archer, Ronald P. 1990 "The Transition from Traditional to Broker Clientelism in Colombia: Political Stability and Social Unrest", *Kellogg Institute Working Paper N.140*, 36 ps.
- Arendt, Hannah 1981 *A Condição Humana*. Rio de Janeiro, Forense - Universitária.
- Boschi, R.; Valladares, L. 1983 "Problemas Teóricos da Análise dos Movimentos Sociais: Comunidade, Ação Coletiva e o Papel do Estado", *Espaço e Debates*, 8.
- Boschi, Renato 1987 *A Arte da Associação, Política de Base e Democracia no Brasil*. São Paulo (UPERJ/Vértice).
- Cardoso, Ruth C. L. 1988 "Os Movimentos Populares no Contexto da Consolidação da Democracia", in Reis, Fábio W. e O'Donnell, Guillermo (orgs.), *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*. São Paulo, Vértice.
- Castro, Maria Helena Guimarães 1988 "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: um Balanço Bibliográfico", *BIB*, 25: 56-82.
- Flisfish, Ángel 1987 *La Política como compromiso democrático*. Santiago, FLACSO.
- Garretón, Manuel Antonio 1990 "Las Condiciones sociopolíticas de la inauguración democrática en Chile", *Kellogg Institute Working Paper N.142*, 20 pp.
- Habermas, Jürgen 1987 *Teoría de la acción comunicativa*. 2 Vols., Madrid, Taurus.
- Habermas, Jürgen 1989 *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Heller, Agnes; Feher, Ferenc 1985 *Anatomia de la izquierda occidental*. Barcelona, Península.
- Jacobi, Pedro 1989 *Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. São Paulo, Cortez.
- Jobert, Bruno 1983 "Clientelisme, patronage et participation populaire", *UNRISD*, Genebra, 25 pp.
- Krischke, P. 1989 "Necesidades y sujetos sociales", *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 51, n.º 3 (75-98).
- Krischke, P. 1990a "Actores sociales y democratización inconclusa en Brasil: necesidades y jurisdización", *Escenarios políticos de la democratización*. Assunção, FLACSO/CDE (no prelo).
- Krischke, P. 1990b "Movimentos Sociais e Democratização no Brasil: Necessidades Radicais e Ação Comunicativa", *Ciências Sociais Hoje*, 8, ANPOCS.

- Krischke, P. 1990c "Práticas Sociais em Períodos de Transição: um Novo Movimento de Bairro em Florianópolis durante a 'Abertura' e Transição Política", trabalho apresentado a seção 3, RC 09, Congresso Mundial de Sociologia, ISA, Madrid, 9 a 13 de Julho.
- Krischke, P. 1990d "Social Movements and Political Participation: Contributions of Grassroots Democracy in Brazil", *Canadian Journal of Development Studies*, Vol. II, N. 1 (167-78).
- Krischke, P. 1990e "As Emendas Populares à Lei Orgânica Municipal de Florianópolis. Análise Preliminar", trabalho apresentado ao seminário nacional sobre comportamento político, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 12-14 de março.
- Krischke, P. 1990f "Chile Reinvents Democracy", *Latin American Research Review*, Vol. 25, N. 3 (221-26) (a sair também em *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, e *Argumentos*, Universidade Autónoma Metropolitana de México).
- Krischke, P. 1991 "Church Base Communities and Democratic Change in Brazilian Society", *Comparative Political Studies*, summer (no prelo).
- Lechner, Norbert 1988 *Los Patios interiores de la democracia. Subjetividad y política*. Santiago, FLACSO.
- Levine, A.; Sober, E.; Wright, E. Olin 1989 "Marxismo e Individualismo Metodológico", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. II, n.º 4 (57-70).
- Lüchmann, Lúgia 1991 *Cotidiano e Democracia na Organização da UFECO*, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Mainwaring, Scott 1990 "Brazilian Party Underdevelopment in Comparative Perspective", *Kellogg Working Papers*, 134.
- Matos Machado, Simone 1990 *O Processo de Formalização Jurídico-Institucional dos Conselhos Comunitários em Florianópolis (1977-1983): Um Caso de Oposição Sistemática*, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Melluci, Alberto 1990 "Frontierland. Collective Action between Actors and Systems", XIIº Congresso Mundial de Sociologia, Madrid, 21 pp.
- Morse, Richard 1988 *O Espelho de Próspero*. São Paulo, Cia. das Letras.
- Nunes, Edison 1990 "La doble dimensión de la democracia y el gobierno de las ciudades de tamaño médio en Brasil", CEDEC, São Paulo, 35 ps.
- O'Donnell, Guillermo 1987 "Hiatos, Impasses e Continuidade", in Reis, Fábio W. e O'Donnell, Guillermo (orgs.), *op. cit.*
- Oliveira, F. 1985 "Além da Transição, Aquém da Imaginação", *Novos Estudos CEBRAP*, 12.
- Pazmiño, Gioia Weber 1990 "An Approach to Patron-Client Relationships from an Anthropological Point of View", XIIº Congresso Mundial de Sociologia, Madrid, 28 pp.

- 210
- |                                      |      |  |
|--------------------------------------|------|--|
| Przeworski, Adam                     | 1984 | "Ama a Incerteza e Serás Democrático", <i>Novos Estudos CEBRAP</i> , n.º 9 (36-46).  |
| Rawls, John                          | 1982 | <i>Uma Teoria da Justiça</i> . Brasília, Ed. da UnB.   |
| Reis, Elisa P.                       | 1989 | "Política e Políticas Públicas na Transição Democrática", <i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i> , Vol. 9, n.º 3.   |
| Thompson, E.P.                       | 1973 | <i>Tradición, revuelta y conciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad pré-industrial</i> . Barcelona, Crítica.   |
| Tucher, D.F.B.                       | 1983 | <i>Marxismo e Individualismo</i> , Rio de Janeiro, Zahar.  |
| Viola, Eduardo;<br>Mainwaring, Scott | 1987 | "Novos Movimentos Sociais, Cultura Política e Democracia: Brasil e Argentina", in Scherer-Warren, Ilse e Krischke, Paulo (orgs.), <i>Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América Latina</i> . São Paulo, Brasiliense. |